

**Pesquisa de Jurisprudência****Decisões Monocráticas**

MS 34023 / DF - DISTRITO FEDERAL
MANDADO DE SEGURANÇA
Relator(a): Min. EDSON FACHIN
Julgamento: 07/04/2016

Publicação

PROCESSO ELETRÔNICO
DJe-067 DIVULG 11/04/2016 PUBLIC 12/04/2016

Partes

IMPTE.(S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
IMPDO.(A/S) : COORDENADOR-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS DA SECRETARIA DO
TESOIRO NACIONAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Despacho: O Estado de Santa Catarina impetra mandado de segurança em face de ato praticado praticado pela Presidente da República, pelo Ministro de Estado da Fazenda, pelo Secretário do Tesouro Nacional e pelo Coordenador-Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional, consubstanciado no Decreto 8.616/15, que regulamenta o disposto na Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997. O impetrante afirma que, com a promulgação da Lei Complementar 148/14, a União ficou obrigada a realizar um desconto sobre os saldos devedores dos contratos de refinanciamento de dívidas contraídas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base na Lei 9.496/97, na Medida Provisória 2.185-35/01 e nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal ao amparo da Medida Provisória 2.192-70/01. As novas condições deveriam constar de aditivo contratual, o que, nos termos do art. 4º da Lei Complementar, com a redação dada pela Lei Complementar 151/15, deveria ser celebrado, independentemente de regulamentação, até 31 de janeiro de 2016. A regulamentação, segundo narra o impetrante, deveria ter sido feita desde a promulgação da Lei Complementar 148, mas apenas em 29.12.2015, por meio do Decreto 8.616/15, a União disciplinou a fórmula de cálculo do desconto. Com fulcro na metodologia estabelecida no Decreto, o impetrante recebeu, em 14.01.2016, os cálculos preliminares, elaborados pelo agente financeiro da União, com o desconto que deveria ser dado por ocasião da nova repactuação. Por não concordar com os critérios utilizados pelo agente financeiro, porquanto divergentes do benefício legalmente estipulado, o impetrante solicitou informações à Secretaria do Tesouro Nacional acerca de possível anatocismo na atualização do saldo devedor. O Estado impetrante não recebeu resposta. Alega, assim, que o dia 31.01.2016 passou e a União não firmou o termo aditivo com o Estado de Santa Catarina. Isso quer dizer que o Impetrante não usufruirá qualquer benefício legal no próximo vencimento de sua dívida, que ocorrerá em 29.02.2016 (eDOC 1, p. 8, grifos do impetrante). O impetrante alega que a regulamentação do disposto no art. 3º da Lei Complementar 148 desbordou dos limites legais. Aduz que, ao exigir o desconto sobre saldos devedores dos contratos em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de

2013 e o apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, a Lei não autorizou que a taxa fosse calculada de forma capitalizada. Por essa razão, o Decreto 8.616/15, ao explicitar a fórmula de cálculo, não poderia utilizar Selic capitalizada para apurar o desconto devido. A corroborar essa interpretação, o Estado sustenta que a mesma expressão variação acumulada da Selic, quando empregada em outros diplomas normativos, não é aplicada de forma capitalizada. Além disso, expende que a prática de anatocismo é, como regra, proibida, a desautorizar a conclusão de que a Lei Complementar pudesse excepcioná-la sem referência textual expressa. Adverte, ainda, que haveria enriquecimento ilícito por parte da União e, bem assim, ofensa ao princípio da isonomia, tendo em vista que a capitalização não é praticada pela União em relação a seus demais devedores. Rememorando os métodos de interpretação, defende, por fim, que a vedação da capitalização pode ser inferida pela teleologia da norma que previa condições mais benéficas aos Estados e não mais rígidas, como ocorreu ao aplicar o critério do Decreto. Com base nesses argumentos e na iminência do vencimento próximo, 29.02.2016, de parcela de sua dívida, requer, liminarmente, a concessão de medida, para que as autoridades impetradas se abstenham de impor as sanções contratualmente previstas e, ainda, para que, quando da elaboração de proposta de aditivo contratual, adotem o método da variação acumulada da taxa Selic, sem a capitalização de juros. No mérito, pugna para que seja reconhecido o direito líquido e certo do impetrante de utilizar a prerrogativa a que se refere o parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar 148, enquanto não promovido o aditivo e também quando o for, afastando, em ambos os casos, o anatocismo. Em virtude da relevância da matéria, previamente à análise do pedido de liminar, determinei a oitiva da Presidente da República, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Nas informações, a Presidente alega, inicialmente, ilegitimidade de parte, porquanto o ato foi praticado pelo gerente do Banco do Brasil em Florianópolis. No mérito, aduz que o art. 3º da Lei Complementar deve ser lido à luz do disposto no art. 2º, § 1º, da Lei, de forma que a sistemática de cálculo usada pela União para remunerar os títulos federais deve também ser aplicada na indexação dos contratos de refinanciamento da dívida. Isso porque, nos termos de sua manifestação, os ideais de isonomia e solidariedade também devem abranger a União, dado que qualquer desequilíbrio entre seus ativos e passivos repercutirá sobre toda a Nação (eDOC 26, p. 8-9). Sustenta, em suma, ser a própria Lei Complementar que, em seus arts. 2º e 3º, autoriza a aplicação da taxa composta. Relativamente à situação jurídica do impetrante, afirma que (eDOC 26, p. 10): "De acordo com os cálculos realizados pelo agente financeiro, em consonância com o estabelecido pela Lei Complementar n. 148 e pelo Decreto n. 8.616, o Estado de Santa Catarina não faria jus a desconto retroativo (art. 3º), porque recebeu, entre março de 1998 e dezembro de 2012, subsídios líquidos da União, sob a forma direta e indireta (diferencial de taxas). Seu saldo devedor, pelas condições originais era, em 1º.01.2013, de R\$ 8,57 bilhões, e, com aplicação da metodologia do desconto, R\$ 9,52 bilhões. A dívida reprocessada a partir de 1º.01.2013, por sua vez, corresponde a 8,74 bilhões, posição em fevereiro de 2016. Nesse caso, prevalece, para efeito do reprocessamento a partir de 1º de janeiro de 2013, o menor saldo. Projetando-se a dívida, contudo, de acordo com o pleiteado, isto é, aplicando-se a taxa Selic com capitalização simples, apura-se um desconto da ordem de R\$ 5,30 bilhões, o que reduziria sua dívida em 1º.01.2013 de R\$ 8,57 bilhões para R\$ 3,27 bilhões, ou seja, uma redução de cerca de 62%. Em fevereiro de 2016, o novo saldo devedor assim calculado passaria de R\$ 8,74 bilhões para 3,33 bilhões. (...) Importa acentuar, além disso, que a Secretaria do Tesouro Nacional considera extremamente perigosa para as finanças do País a possibilidade de êxito dessa tese contrária ao texto da Lei Complementar, que levará a União a sofrer, no caso de extensão para todos os entes titulares de operações de refinanciamento, uma redução de seus ativos da ordem de R\$ 300 bilhões, cifra que poderá corresponder a mais de 5% do PIB." Defende que, em virtude desses problemas, a solução para a quaestio iuris demandaria dilação probatória incompatível com o rito mandamental. Em decisão monocrática, neguei seguimento ao writ por entender que, dependendo a causa da interpretação a ser dada ao sentido e alcance de lei complementar, não teria a Presidente competência para, por si só, alterar ou corrigir o ato. Além disso, consignei que o sentido atribuído ao art. 3º da Lei Complementar não se dessumiria de modo inequívoco como aduzem tanto a impetração quanto a Presidente. Ao revés, por haver dúvidas relativamente a sua constitucionalidade, outra instrução far-se-ia necessária para solucionar o conflito. Por fim, adverti que o impacto que a decisão final poderia causar na própria federação, estaria a recomendar, por outro motivo,

diversa via processual. Contra essa decisão, o impetrante interpõe agravo regimental. Alega, inicialmente, ser legítima a inclusão da Presidente como autoridade coatora, pois a interpretação impugnada pelo Estado do dispositivo legal materializou-se no Decreto 8.616. A Presidente deteria, portanto, competência para reformá-lo. No que tange à complexidade da causa, aduz que eventual complexidade jurídica da matéria debatida em sede de mandado de segurança que vise a assegurar a pretensão do Estado não pode consistir em fundamento válido para afastar a ação mandamental no plano do cabimento e adequação da via eleita. Isso porque, em seu entender, os fatos são incontroversos, bastando que se discuta a legalidade do ato. Finalmente, os argumentos utilizados para demonstrar os efeitos de eventual interpretação favorável ao impetrante sobre o restante da federação estariam prejudicados, tendo em vista que, a partir da vigência da lei complementar incidiriam nos novos contratos juros e atualização monetária. Assim, pugna pela reconsideração da decisão ou, alternativamente, por sua submissão ao Plenário. Em sede de informações, o Coordenador-Geral de Haveres Financeiros da União afirmou que o espírito da Lei Complementar 148/2014 foi o de permitir que os entes subnacionais passassem a pagar nos contratos de refinanciamento o custo de captação da União, expresso pela taxa SELIC. O desconto, por sua vez, buscou eliminar aquilo que a União eventualmente recebeu, desde o início dos refinanciamentos, para além de seus custos de refinanciamento. No que tange à metodologia de cálculo da taxa, aduz que (eDOC 33, p. 5-6): "A dívida pública, por sua vez, submete-se ao regime de capitalização composta, pelo que emprega a chamada taxa SELIC composta, alinhando-se com todo o mercado financeiro, que aplica a capitalização composta tanto em seus ativos (empréstimos habitacionais, por exemplo) quanto em seus passivos correspondentes (caderneta de poupança). Seria difícil imaginar a União fornecendo funding para o sistema financeiros a taxas simples, e este captando investimentos de pessoas físicas e jurídicas pagando com capitalização composta; o descasamento entre ativos e passivos seria insustentável". Alega, ainda, que o Estado de Santa Catarina recebeu juros subsidiados pela União ao longo do refinanciamento. O Ministro da Fazenda, por sua vez, alegou ser incabível o mandado de segurança. Na Sessão Plenária de 7.04.2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, deu provimento ao recurso de agravo, para admitir a impetração do mandado de segurança, e, na mesma assentada, deferiu o pedido de liminar, "para ordenar às autoridades impetradas que se abstenham de impor quaisquer sanções ao Estado impetrante, especialmente as que estão previstas na Cláusula Décima Sexta do Contrato 12/98/STN/COAFI e o bloqueio de recursos de transferências federais, pelo exercício da faculdade constante do parágrafo único do artigo 4º da LC 148/14, norma que lhe garante o cálculo e o pagamento da dívida pública com base nos novos parâmetros legais em face da não promoção do aditivo contratual", conforme alínea "a" do pedido inicial. É o relatório. Tendo em vista a deliberação do Plenário desta Corte tomada nesta data (07 de abril de 2016), admitindo a impetração, nos termos do art. 12 da Lei 12.016 intime-se pessoalmente, com a urgência que o caso requer, o d. Representante do Ministério Público Federal para oferecer parecer, no prazo de até 10 (dez) dias. Intime-se, ainda, por fax, a Advocacia Geral da União, encaminhando-se cópia do presente despacho, para os devidos fins. Intimem-se simultaneamente, outrossim, as demais autoridades coatoras para, querendo, complementar as informações trazidas aos autos, no prazo comum de até 5 (cinco) dias a partir da publicação em Diário da Justiça. Findo este prazo comum de 5 (cinco) dias, independentemente do envio das informações ou mesmo do parecer ministerial, inclua-se incontinenti em pauta o presente mandado de segurança para julgamento de mérito. Publique-se. Brasília, 7 de abril de 2016. Ministro Edson Fachin Relator Documento assinado digitalmente

Legislação

LEG-FED	LEI-012016	ANO-2009
	ART-00012	
	LMS-2009 LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA	
LEG-FED	LCP-000148	ANO-2014
	LEI COMPLEMENTAR	
LEG-FED	LEI-009496	ANO-1997
	LEI ORDINÁRIA	
LEG-FED	MPR-002185	ANO-2001
	REEDIÇÃO Nº 35	
	MEDIDA PROVISÓRIA	
LEG-FED	MPR-002192	ANO-2001
	REEDIÇÃO Nº 70	
	MEDIDA PROVISÓRIA	

LEG-FED DEC-008616 ANO-1915
DECRETO

Observação

01/06/2016

Legislação feita por:(VRC).

fim do documento